

Ata da Oitava Reunião Ordinária do Segundo Período Ordinário do ano de mil, novecentos, oitenta e cinco (1985), realizada no dia três de novembro, de ano em curso.

Os dezessete honros do dia três de novembro do ano de mil, novecentos, oitenta e cinco (1985), sob a presidência do Senador Ruy Silva da Rocha e, com a ocupação do primeiro secretariado pelo Senador Aristarco Acopi de Oliveira, reuniram-se ordinariamente à Câmara Municipal de Cabo Frio para deliberar, no que concerne a chamada nominal dos seguintes Senadores: Ana Cláudia Kethian dos Santos Pereira, Gerson Benna de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Almeida, Alameda Teixeira de Souza, Diney Pereira de Silva, Geraldino Farias Neves, Thauré Jané de Aguiar, Osmar Cardozo Moraes, Octávio Raja Cabaglio, Silvio dos Santos Siqueira, Virgínia Pereira de Souza e Walter de Benna Teixeira. Havendo, em nome do Senhor Presidente, em nome de Sua Excelência, declarado aberta a presente reunião. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Sétima Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e nove de agosto do ano em curso. Logo após, o Senhor Presidente determinou a leitura do EXPEDIENTE, que consistiu do seguinte: Requerimento nº 91/85, de autoria do Honro Executivo, requer urgência e discussão única para o Projeto de Resolução nº 26/85, Projeto de Lei nº 40/85, da autoria do Senador Virgínia Pereira de Souza, denominada Francineia Aguiar de Aguiar, e Rua nome denominada, com início no Rua D. Pedro II, e final na Rua Rui Barbosa, Praia dos Anjos, Bairro do Cabo. Terminada a leitura do Expediente, como primeiro orador inscrito, ocupou a tribuna o Senador GERALDINO FARIAS NEVES, criticou o Governo Municipal dizendo que nada fazia pelo Bairro do Cabo e que, senão de repente, duas indicações de rua seriam aprovadas pelo Pleno da Câmara, objetivando melhorias para o 4º Distrito, não tinham mensurado a devida atenção do Executivo, e

que consideramos um absurdo e uma falta de respeito ao trabalho
para cobrir, citando como exemplo de denúncia administrativa de
verbas antigas da local, enfatizando que a poluição do Rio Araruama
é um dos problemas abastecimento de água que também é um
grave problema sanitário. Colocou críticas também quanto ao aten-
dimento do Posto de Saúde Municipal do Arraial do Cabo, pois segundo
algumas moradores os médicos não gostam de receber pacientes pa-
ra atendimento após horas da noite, o que caracteriza o inacessível
e desumano. Criticou a postura do Vereador Arnaldo Azeite de Oliveira
que em reuniões opostas tentava denunciar suas denúncias e re-
focando frontalmente contra os interesses da população do Arraial
do Cabo, sugerindo que fosse formada uma Comissão de Vereadores
para verificar a situação do Posto de Saúde do Arraial do Cabo
quanto ao atendimento. Criticou também o CERJ pela precária ser-
viço prestado em Arraial do Cabo com constantes interrupções no
fornecimento de energia e continua queda de voltagem que cau-
sam o perda de aparelhos eletrodomésticos solicitando providên-
cias emergenciais e respeito. Chegou, fez uso da palavra o Vereador
ALENIDES FERREIRA DE SOUZA, disse que procuraria responder a in-
dagação quanto ao não prosseguimento no Projeto Turyman dizendo
que o caso principal era não dividir alguma a demonstrar a situ-
ação do Empreendimento Ferial Brizola que ao tomar área onde havia con-
struído o Armazém histórico, no seu desaste, atingiu também meta-
de do loteamento onde o Empreendimento Ferial Brizola não desenvol-
ver o seu plano urbanístico, considerando que a medida do Governador
Brizola, arbitrária e violenta também aumentava o índice de desem-
prega no Município. Comentando sobre o fornecimento de energia
elétrica em sua residência, disse que, fora informado ao CERJ, que
agora a Empresa estava cortando após vinte e cinco dias de ininter-
mitente e que nenhum modo esclarecia a população cobrindo. Disse que,
no entanto a Empresa não tinha cumprido o contrato da TIP, e que
precisava a recuperação em investimentos anteriores do Município, e que
antes sendo o empreendimento teria que ter o mesmo zelo e cuidado

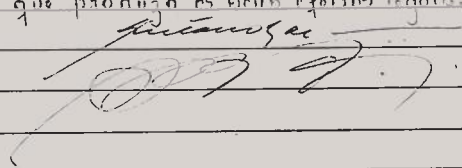
unidos quando do corte do fornecimento de energia em residências e estabelecimentos comerciais. A seguir, disse em pormenores que o novo Diretor do SERS para a Região, Senhor Jani Benício Nobilino tomou medidas no sentido de que os Ruas fossem devidamente iluminados, para permitir a população pagar o Taxa de Iluminação Pública em suas contas de energia. Comentando sobre o momento político de Araxá, reafirmou seu apoio a candidatura do Vereador Renato Vilanova de Souza para Prefeito do novo Município, fazendo o elogio do candidato que em sua opinião reunia condições para administrar e promover o progresso para a cidade, mencionando a seguir sua fala logo após, foi uma das palavras o Vereador ARISTARCO ACIOLINI OLIVEIRA, disse que era grande a responsabilidade do Vereador no exercício de seu mandato, e que assim ainda veio pronunciadamente anterior de um companheiro de Câmara, umha a público dizer que não ignorava a emancipação de Araxá de Cabe como um filho que quizesse se separar do pai, mas um a amputação de um membro importante de organismo que era o Município de Cabe Trino, enfatizando ainda que em momento algum fraudaria o seu posicionamento que era contrário a emancipação, mas sempre com o respeito de que era merecedor a população cabista, que no pleito de novembro de 1992 lhe proporcionara considerável porcento de votos, e que no Araxá de Cabe tinha grandes amigos, que por certo também mereciam o seu respeito, mas que acima de tudo a sua paixão era em defesa do Município de Cabe Trino contra a violenta decisão do Governador do Estado que emancipara o 4º Distrito do Município. Disse que o Registre Civil do cidadão cabefunense, que ao comparecer ao cartório desconhecera os seus direitos, e que os problemas sociais eram fatores que proporcionavam uma série de equívocos, contratempos por que no ato do registro não tinham como apresentar os laços de parentado, visto ser também muito grande o número de mães solteiras no Município que por ignorância cometiam uma série de equívocos que no futuro tinham grandes problemas

Uma em seus filhos. Disse que estava percorrendo o Município em toda sua extensão tendo anexo a oportunidade de verificar que o censo de 1980, que alcançava uma população netem de dois mil, quinhentos e quinze habitantes, proporcionava o Censo Anual, uma taxa de crescimento de quatro vintefr oito por cento, a terceira no Estado do Rio de Janeiro, mas que não projetava números vendentes vinte que havia trazido para registro de nascimento criados do interior do Município, mais de cinquenta crianças cendo mais de dezeto anos de idade, cidadãos que após o registro cumpriam suas obrigações para com o Serviço Militar que em muitos casos já registroum multas pelo comparecimento fora do agomotivade principalmente pela desconhecimento das responsabilidades, pois eram pessoas que viviam afastadas do centro urbano do Município. Colocou uma série de problemas vividos pelos cidadãos no fôto de registro civil, o que considerava preocupante principalmente para os que trabalhavam no campo tomando como exemplo a localidade do Araçá, onde dezetas de jovens eram conduzidos ao vício do alcoolismo, perdendo assim sua condição de se fazerem sentir como cidadãos, o que considerava também como um dos problemas locais onde persistia ainda o trabalho quase escravocrático. Disse que já estava mantendo contatos com os Juizes da Comarca, na busca de uma solução para o problema do registro civil e convocava aos seus companheiros Vereadores, as autoridades do país, o prefeito do Município de São José, com o objetivo de ser simplificado o registro civil, visto a centralização dos cartórios, que deveriam ser anteriormente periodicamente, encaminhando o registro em fôto não havendo mais criado nos municípios e Juntas Precursoras de imediato, transparentes os trabalhos a CRM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovada o Requerimento nº 91/85, do Sena Executiva, foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça e Projeto de Lei nº 101/85, do autor do Sena do Executivo, Comissão de Justiça. Aprovado o Projeto Precursor nº 101/85, do Sena de Constituição e Justiça no Projeto de Lei nº 101/85.

de autoria de Vereador Maurício José de Aguiar, com o apoio
 de Vereador Amintaro Ciceli de Oliveira. O projeto foi
 aprovado e Parecer Favorável da Comissão de Legislação e
 Projeto de Lei nº 49/85, contendo Mensagem Executiva nº 36/85. Em
 seguida a Ordem do Dia e tramitando a palavra para o
 CAPDES BESSA, fez uso do mesmo e Vereador WALTER DE OLIVEIRA
 TEIXEIRA, iniciou sua fala parabenizando a Mesa Executiva e
 os Cabineiros que vieram em negar a Casa a que o ato, a
 mando que tais melhoramentos refletiam o trabalho proficuo
 do Câmara Municipal de Cabo Itua, proporcionariam melhores
 condições para a dinamização das atividades Vereadores em seu
 cotidiano diário com a nova cabineira. Disse que isto o acom-
 panhando e movimento de emancipação do Arraial de Cabo Itua
 uma realidade, considerando que o mesmo viria trazendo com-
 promissos nos próprios princípios pragmáticos, dialéticos prag-
 máticos do PLBDB, visto que no momento mais importante de um
 povo que conquistava a sua auto determinação, haver omigração
 em por parte da classe política cabofruense, mais precisamente
 engajada no PLBDB, considerando que a Emancipação do Arraial
 de Cabo Itua fora conseguida pelo esforço pela vontade popular. Sa-
 licitou que qualquer documento que estivesse tramitando em
 na maior de justiça vinha de invalidar a Emancipação de Arraial
 de Cabo Itua, desde retirada por entender que a liberdade, a auto de-
 terminação de um povo eram superiores a qualquer documento
 ou posicionamento político, encerrando a seguir sua fala demor-
 inando a sua validade, a emancipação do Arraial de Cabo Itua,
 anteveendo um bom relacionamento entre as comunidades de
 Cabo Itua, Arraial de Cabo Itua. O seguir, fez uso da palavra o Vere-
 dor ANDRÉ BESSA DE FIGUEIREDO, disse que por pertencer a um Partido
 de oposição, o PLBDB, não poderia de forma alguma se pender
 contra a vontade do povo de Arraial de Cabo Itua pela sua emancipação
 que na realidade refletia a democracia sempre defendida pelo po-
 lido político, mas que a lei que emancipava o Arraial de Cabo Itua, por

citada pelo Governador Leonel Brizola, elaborado as pressões, feita
na o Município de Cabo Frio a reabertura de cerca de trezentos mi-
lhões de cruzeiros até o mês de dezembro de 1985, em pontância devido
municípiomente ao Município e que contra tal abstenção levantou
sua voz. Concluiu ainda que ao emancipar o Arraial do Cabo, o
Governador Leonel Brizola ignorou uma despesa já montada, dis-
tribuída em todo o território de Cabo Frio, despesa esta calculada em
uma receita na qual estava englobada e arrecadada em Arraial do
Cabo, Distrito que contribuiu em quarenta por cento para o pagamento
de Cabo Frio. Prosseguindo, disse que contra tal violência o Prefeito
Osvaldo Correia entrou com um pedido de representação na Justiça contra
a lei que emancipou o 4º Distrito, com o objetivo da lei não ser to-
talmente nomenclada, que o Governador fosse obrigado a pagar o
Município de Cabo Frio o valor de 10M que lhe era devido até o final do
ano, mas que a Justiça não poderia julgar uma lei apenas parcial-
mente, ou seja, em seus artigos, e ainda, que o arpe não poderia ser
retornado da Justiça no momento, enfatizando que a representação
era a defesa do Município de Cabo Frio, de sua gente, e não uma repre-
sante a emancipação de Arraial do Cabo. Logo após fez um discurso
o Senador UNIAS CORDEIRO MORAIS, parabenizou o Presidente da Câmara
Senador Geyr Silva da Rocha pela instalação de cerca mais de 600 metros,
reconhecendo que os melhoramentos uniam por cento contribuiu para
o aperfeiçoamento do dinâmica processualística do regulamento cabo-
friense. Comunicou que através da Fundação Leonel Brizola, fez com-
gundo um convênio com a Igreja Católica de Arraial do Cabo, no sen-
tido de que nos de fundações de unificação da Paróquia o SENAI, implementa-
re cursos profissionalizantes de bombeiros hidráulicos e eletricitários, com os
cursos já em andamento, reconhecendo sua fala. Em seguida, fez um dis-
curso o Senador MAURÍCIO JOSÉ DE ALVEIDO, afirmando a emancipação do
Arraial do Cabo disse que os Senadores não eram contra o fato políti-
co, mas sim, se participavam em defesa dos interesses do Município de
Cabo Frio, que estava sendo vítima de um ato precipitado do Governador
Leonel Brizola, fazendo comentários técnicos da matéria. Exigiu sua

cumprimentos a Mesa Executiva da Casa, pela instalação de um
e novas Galerias na Câmara Municipal de Cabo Frio, suscitando
nua fala nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, marcou
uma reunião extraordinária para dentro de dez minutos e marcou
o presente E, para cumprir mandou que se levantasse esta Casa que
depois de lida, submetida à apreciação plênar, aprovada por
unanimidade, para que produza os seus efeitos legais.

Assinatura


Ata da Segunda Reunião Extraordinária
de Segunda Ordem Ordinária, de ano
de mil e novecentos e oitenta e cinco
(1985), realizada no dia três de setem-
bro de ano em curso.

Ata de quem fez as treze minutos de
no três de setembro de ano de mil e novecentos e oitenta e cinco
(1985), sob a presidência do Vereador Geys Silva da Rocha, com a
ocupação da primeira secretaria pelo Vereador Quintance Quati de Oli-
veira reuniu-se extraordinariamente à Câmara Municipal de
Cabo Frio Olim Dennen, responderam a chamada nominal os seguin-
tes Vereadores: Ama Bello Galvão dos Santos Corio, Alex Berra de
Figueiredo, Antonio Carlos de Carvalho Figueiredo, Alcides de Faria
de Souza, Dirley Pereira de Silva, Geraldo Carlos Neves, Marcelo
de Aguiar, Omar Cardoso Moraes, Octávio Ruy Gabaglia, Silvio dos San-
tos Siqueira, Virgínia Corrêa de Souza, Walter de Bona Leixaria. Havendo
de natureza regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus, decla-
rou aberta a presente reunião, logo após o Senhor Presidente, deter-
minou a leitura do EXPEDIENTE, que concluiu do Projeto de Resolução nº
26/85, de autoria da Mesa Executiva, dispôs sobre os custos de fu-
cção de seis meses do Vereador Renato Vianno de Souza, para tratar